



**CHARGE** **Padron**

E-mail: padron@atribuna.com.br



# Dia a Dia

**Sandro Thadeu**

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

**Polêmica sobre datas comemorativas na Câmara**

Um dos pedidos mais comuns dos vereadores de Santos é a inclusão de datas comemorativas no Calendário Oficial do Município. Porém, o artigo 5-A da Lei 3.265/2016 proibiu a inclusão de mais de um evento ou celebração por dia. De autoria do vereador Benedito Furtado (PSB), essa restrição, que somente entrou em vigor em 20 de dezembro de 2017, incomoda demais alguns parlamentares, como ficou evidente na última quinta-feira. O assunto voltou à tona em razão do projeto de legislação 198/2018, que quer acabar com essa limitação. Segundo o responsável por apresentar essa nova propositura, Geonísio Pereira de Aguiar, o Boquinha (PSDB), a norma em vigor inibe a iniciativa parlamentar de prestar homenagens ou exaltar novas datas comemorativas que sejam representativas para a coletividade santista. Para o vereador Braz Antunes (PSD), a medida aprovada em 2017 foi feita para se evitar exageros, mas acredita que os atuais legisladores não podem ser penalizados.

“Vamos trabalhar muito para liberar os jogos (cassinos) e para que o turismo possa crescer e avançar cada vez mais”

Marx Beltrão (PSD-AL), deputado federal e ministro do Turismo do Governo Temer

**Sinal verde**

O projeto de Boquinha recebeu parecer contrário da Comissão Permanente de Justiça, Redação e Legislação Participativa, mas a maioria dos vereadores optou em derrubá-lo. Agora, a propositura seguirá para análise de outras comissões antes de ser incluída para votação.

**Não me deixe só**

Além de Furtado, outros três parlamentares votaram contra o projeto de legislação do tucano: Audrey Kleys (PP), Fabrício Cardoso (PSB) e Sadao Nakai (PSDB).

**Fica para depois**

Foi adiada para o dia 17 de junho a continuidade do julgamento no Tribunal de Justiça de São Paulo do agravo de instrumento apresentado pela construtora Queiroz Galvão, que poderia confirmar, ou não, se ela poderia seguir com as obras para a construção da ponte sobre o Rio São Jorge, em Santos.

**Análise criteriosa**

O caso começou a ser analisado pela 7ª Câmara de Direito Público da corte na última segunda-feira, mas o desembargador Magalhães Coelho pediu vista do processo. A Traçado Construções e Serviços, segunda colocada nessa licitação lançada pela Prefeitura, contesta a contratação da Queiroz Galvão, que foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

**Força regional**

O presidente do DEM de São Vicente, Rodrigo Nascimento Leite, foi escolhido para fazer parte da nova formação do diretório paulista da legenda, durante a convenção estadual realizada no último domingo na Assembleia Legislativa. O vice-governador Rodrigo Garcia ficou definido como o responsável por comandar o partido em São Paulo.



**O retorno**

O ex-prefeito de Santos e ex-deputado federal João Paulo Papa (PSDB - foto) está de volta à Sabesp. Desde o início de março, ele trabalha como assistente executivo da diretoria da companhia de saneamento ambiental.

**Experiência de sobra**

O ex-chefe do Executivo municipal esteve na estatal em outras oportunidades: de 1991 a 1995, Papa foi superintendente da empresa na Baixada Santista e, nos anos de 2013 e de 2014, a convite do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), atuou como diretor de Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente da Sabesp.

**Pauta importante**

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara Federal fará audiência pública, em data a ser definida, com o objetivo de debater o assédio que os aposentados e pensionistas do País sofrem de bancos e financeiras para a contratação de empréstimos.

**Queixa recorrente**

Os deputados federais Vinicius Farah (MDB-RJ), Felício Laterça (PSL-RJ) e Rosana Valle (PSB) foram os autores da proposta, que surgiu a partir do grande número de reclamações entre aqueles com mais de 60 anos de idade.

# Orçamento supera a inflação

Santos prevê crescimento de 7,2% para 2020, chegando a R\$ 3,1 bi; estimativa leva em conta aumento da alíquota de ISS no Porto

FERNANDO DEGASPARI

DA REDAÇÃO

O orçamento de Santos no ano que vem deve ser 7,2% maior que o deste ano, enquanto a inflação será de 4%. Segundo a Prefeitura, que enviou a previsão à Câmara de Vereadores, a receita deve passar de R\$ 2,9 bilhões para R\$ 3,1 bilhões. Os valores, entretanto, ainda podem ser revistos.

O aumento de receita tem duas justificativas, de acordo com o poder executivo: o aumento de impostos para empresas portuárias e a melhora dos índices econômicos do País.

Em abril de 2018, entrou em vigor o aumento da alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) para empresas portuárias. O valor subiu de 3% para 5%. Segundo a Secretaria de Finanças, o valor já era praticado em outros portos do País, por isso a mudança foi feita.

O outro fator que influencia no aumento da receita é a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas que o País produz.

"O mercado entende que o PIB vai crescer 2,28% este ano e 2,8% em 2020. A previsão foi feita em fevereiro, quando a gente elaborou o orçamento. O PIB deste ano, ao que tudo indica, não vai chegar. Se passar a reforma da Previdência pode ser que passe de 2%", explica Maurício Franco, secretário de Finanças.

Por isso, nos próximos meses, a Secretaria de Finanças pode rever a previsão para 2020. "No meio do ano, a gente faz a (LOA) Lei Orçamentária Anual, aí a gente faz ajustes, porque no segundo semestre o mercado já está trabalhando



ROGÉRIO SOARES-ARQUIVO

O secretário de Finanças, Maurício Franco, enfatiza que o excedente do orçamento pode ser investido em obras, como na entrada da Cidade

## COMPARATIVO

	LDO 2019 (R\$)	LDO 2020 (R\$)	Varição (%)
Educação	557,547 mi	621,100 mi	11,4
Saúde	647,742 mi	697,300 mi	7,6
Desenvolvimento Social	69,053 mi	71 mi	2,9
<b>Orçamento total</b>	<b>2,877 bi</b>	<b>3,1 bi</b>	<b>7,2</b>

Fontes: Prefeitura de Santos

do com outros números. Não são tão relevantes, mas alguma alteração vai ter", completa Franco.

### INVESTIMENTOS

A previsão é que a área so-

cial receba, no ano que vem, um investimento de quase R\$ 1,4 bilhão, o que significa 56% do orçamento municipal, percentual equivalente ao que está sendo aplicado este ano.

Serão R\$ 697,3 milhões para a Saúde, R\$ 621,1 milhões para Educação e R\$ 71 milhões para o Desenvolvimento Social.

O secretário de Finanças enfatiza que Santos, além de bancar todo o custeio do Município, como funcionalismo, zeladoria, Saúde e Educação, ainda terá uma sobra que poderá ser investida em obras, como a da entrada da Cidade.

"O que nós temos destinado a investimentos também aumentou. Em 2019, estavam previstos R\$ 93 mi-

lhões e, no ano que vem, serão R\$ 120 milhões. São R\$ 27 milhões a mais, ou seja, mais de 20% de um ano para o outro. Uma variação bastante relevante", explica o secretário.

### TRÂMITE

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) elaborada pela Prefeitura e entregue à Câmara segue, agora, para análise nas comissões permanentes, que darão seus pareceres.

Os parlamentares poderão, então, questionar o pre-

feito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) sobre como o dinheiro será aplicado.

O Legislativo tem até o fim deste semestre para apreciar a LDO. Depois, ela volta para o Executivo, que irá elaborar a Lei do Orçamento Anual (LOA), fazendo ajustes levando em conta as variações do mercado. Isso tem que acontecer até o final de setembro.

A Câmara terá, então, até o fim de dezembro para aprovar o orçamento de Santos para 2020.

## DIFERENÇAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um documento que especifica as prioridades e metas do governo para o próximo ano. Baseado nos dados atuais, estabelece os parâmetros a serem seguidos na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Após análise da Câmara Municipal, o documento segue para o Executivo para a elaboração da proposta da LOA, que especificará como os recursos serão utilizados em cada diretriz e ação do governo.

## INVESTIMENTO

"O que nós temos destinado a investimentos também aumentou. Em 2019, estavam previstos R\$ 93 milhões e, no ano que vem, serão R\$ 120 milhões. São R\$ 27 milhões a mais, ou seja, mais de 20% de um ano para o outro. Uma variação bastante relevante"

Maurício Franco  
Secretário de Finanças de Santos



## Vereador cobra placa de obra de UBS

» O vereador Fabrício Cardoso (PSB) cobrou da Prefeitura de Santos, durante a Sessão Plenária dessa quinta-feira (25/04), providências acerca de problemas com a publicização em placas de obras públicas. Na última semana, ele fiscalizou as obras da UBS da Areia Branca e constatou que a mesma contém informações incorretas sobre os valores e prazos, o que certamente pode induzir o munícipe ao erro, segundo o vereador.

As obras da UBS tiveram início em janeiro de 2016, com o valor inicial de R\$ 2.171.338,29 e previsão de entrega para 12 meses. “Devido aos atrasos da primeira empresa licitada, a Terra Paulista, o contrato foi interrompido e a segunda colocada na licitação, Spalla Engenharia, foi chamada para assumir os trabalhos, em setembro de

2018, com 55% da obra concluída. Entretanto, a placa que está na obra consta apenas o valor e o prazo correspondentes à segunda empresa (R\$1.003.538,77, com início em setembro de 2018 e previsão de entrega para o fim 2019). Portanto, está omitida a data oficial de início dos trabalhos, bem como o valor total da reforma”.

Diante disso, Cardoso apresentou um Requerimento ao Executivo, cobrando a alteração das informações da placa.

“Apesar da transparência exigida, frequentemente nos deparamos em nossa Cidade com placas que induzem o cidadão ao erro, criando falsas expectativas e esperanças acerca de obras que se eternizam em aditivos e outras formas de postergação”, destacou Cardoso. (DL)